

Sumário

Prefácio	XI
Apresentação	XIII
Introdução	1
1 A metodologia para a identificação do Tratamento Justo e Equitativo no ordenamento jurídico brasileiro	11
1.1 Da metodologia para a identificação do Tratamento Justo e Equitativo no ordenamento jurídico brasileiro a partir de sua natureza de norma consuetudinária.....	13
1.2 Da justificativa para a escolha da categoria das expectativas legítimas para a identificação do tratamento justo e equitativo no ordenamento jurídico brasileiro	16
1.2.1 A categoria das expectativas legítimas como pilar da cláusula do tratamento justo e equitativo.....	18
1.2.2 As demais categorias como vetores de convencimento de uma equiparação do ordenamento jurídico brasileiro à cláusula do tratamento justo e equitativo	23
2 A relativização da oposição brasileira como ponto de partida para a identificação do Tratamento Justo e Equitativo no ordenamento jurídico brasileiro	27
2.1 Uma relativização jurídica como pressuposto para a mitigação do argumento de não aceitação da cláusula do tratamento justo e equitativo	29
2.1.1 A relativização da tradicional resistência brasileira diante da transformação da cláusula do tratamento justo e equitativo em norma consuetudinária.....	29

2.1.1.1 A demonstração da evolução da cláusula do tratamento justo e equitativo à condição de costume do Direito Internacional dos Investimentos	29
2.1.1.2 A confirmação da elevação da cláusula do tratamento justo e equitativo à condição de costume do Direito Internacional dos Investimentos pelos tribunais arbitrais	37
2.1.2 O Brasil como objeto persistente diante do reconhecimento do tratamento justo e equitativo como direito consuetudinário	43
2.2 A relativização da justificativa político-diplomática em razão da definição do conteúdo do tratamento justo e equitativo	47
3 A correspondência entre o Tratamento Justo e Equitativo e o ordenamento jurídico brasileiro a partir da análise das categorias do tratamento justo e equitativo	61
3.1 A categoria das expectativas legítimas como elemento balizador da identificação da cláusula do tratamento justo e equitativo no ordenamento jurídico brasileiro	62
3.1.1 A categoria das expectativas legítimas no Direito Internacional dos Investimentos.....	63
3.1.2 A identificação da categoria das expectativas legítimas no direito brasileiro por meio do princípio da proteção da confiança.....	70
3.2 As demais categorias da cláusula do tratamento justo e equitativo como elementos de suporte à identificação da cláusula no ordenamento jurídico brasileiro....	79
3.2.1 A categoria da proporcionalidade e da razoabilidade.....	79
3.2.1.1 A categoria da razoabilidade e da proporcionalidade no Direito Internacional dos Investimentos	80

3.2.1.2 A identificação da categoria da razoabilidade e da proporcionalidade no direito brasileiro por meio do princípio da proporcionalidade em sentido lato.....	85
3.2.2 A categoria da não discriminação	90
3.2.2.1 A categoria da não discriminação no Direito Internacional dos Investimentos.....	90
3.2.2.2 A identificação da categoria da não discriminação no direito brasileiro por meio do princípio da igualdade	96
3.2.3 A categoria da transparência	101
3.2.3.1 A categoria da transparência no Direito Internacional dos Investimentos.....	102
3.2.3.2 A identificação da categoria da transparência no direito brasileiro por meio do princípio da publicidade	107
3.2.4 A categoria do devido processo legal	113
3.2.4.1 A categoria do devido processo legal no Direito Internacional dos Investimentos	113
3.2.4.2 A identificação da categoria do devido processo legal no ordenamento brasileiro por meio do princípio do devido processo legal formal e material	117
3.2.5 A categoria da boa-fé	122
3.2.5.1 A categoria da boa-fé no Direito Internacional dos Investimentos.....	123
3.2.5.2 A identificação da categoria da boa-fé no ordenamento brasileiro por meio da regra da boa-fé objetiva.....	125
4 O papel da governança institucional dos ACFIs para a correspondência entre o Tratamento Justo e Equitativo e o ordenamento jurídico brasileiro.....	131
4.1 A função de “coordenador de diálogo” do Comitê Conjunto como forma de confirmação da correspondência	

entre o tratamento justo e equitativo e o ordenamento jurídico brasileiro	133
4.2 O papel de “facilitador de diálogo” do Ponto Focal Nacional para a confirmação da correspondência entre o tratamento justo e equitativo e o ordenamento jurídico brasileiro.....	140
Considerações Finais.....	147
Referências Bibliográficas	151
Apêndice – Modelo de Questionário.....	175